



PROVA SUBJETIVA

GRUPO I

Prezado(a) Candidato(a),

1. **VERIFIQUE**, com muita atenção, este **CADERNO DE PROVA** que deve conter uma questão na primeira parte e 6 (seis) na segunda parte, 10 (dez) folhas pautadas, frente e verso, e 3 (três) folhas para rascunho. As folhas destinadas a rascunho poderão ser destacadas e levadas consigo.
2. **CONSTATANDO** qualquer **anormalidade** (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões ou impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição.
3. **PARA SUA SEGURANÇA:**
 - a) **Preencha**, em letra de forma, **os campos reservados para nome, nº de inscrição e UF, APONHA SUA ASSINATURA** no espaço a ela destinado;
 - b) A existência em suas respostas de nome, assinatura, rubrica, cidade ou qualquer anotação ou sinal que permita identificar o candidato, **ACARRETARÁ A ANULAÇÃO DE SUA PROVA**, sedo vedado também o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente (Regulamento do Concurso, art. 36, § 4º);
 - c) **Observe rigorosamente o LIMITE DE LINHAS** para a resposta que o examinador tenha fixado (Regulamento do Concurso, art. 34, § 4º), uma vez que não serão consideradas as linhas excedentes;
 - d) **UTILIZE FOLHAS INDIVIDUAIS PARA CADA QUESTÃO, NUMERANDO-AS. USE O VERSO APENAS PARA CONTINUAÇÃO DA DISSERTAÇÃO OU DE UMA QUESTÃO;**
 - e) **Sendo insuficiente o número de folhas (rascunho/resposta)** constantes do Caderno de Prova, solicite ao fiscal mais próximo **folhas adicionais;**
 - f) **Reveja as questões**, conferindo suas respostas, **antes de transcrevê-las** em definitivo, **evitando rasuras** que poderão dificultar o entendimento de suas respostas.

PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO:

(Reservado ao MPF)

NOME: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____ UF: _____

ASSINATURA: _____

GRUPO I

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

A União Federal pretende construir uma estrada em área de sua propriedade. Porém, antes de começar as obras, ela é citada em ação judicial proposta por um grupo de pessoas que se afirmam pertencentes a uma população tradicional, e que sustentam que o local em questão é para elas sagrado, pois nele estão enterrados os corpos dos seus antepassados, que são objeto de veneração religiosa. Os autores pretendem que a União seja condenada a não construir a estrada na área em que estão sepultados os seus antepassados, além de lhes ser assegurada a faculdade de visitação e de culto religioso no local. Alicerçam os seus argumentos nos direitos fundamentais à liberdade de religião, ao respeito da sua identidade étnico-cultural e à função social da propriedade. É fato incontroverso que os autores nunca foram proprietários das terras em questão, mas eles produziram prova robusta corroborando a localização do cemitério dos seus antepassados, as suas práticas religiosas no local e a sua identidade étnica diferenciada.

A União contestou o feito, sem impugnar as alegações de fato dos autores. Aduziu, todavia, que, se porventura acolhido o seu pedido, tal importaria na realização de gastos expressivos para viabilizar a construção da estrada em outro local. Invocou, como argumentos jurídicos contra a pretensão dos

GRUPO I

autores: **(i)** a supremacia do interesse público, já que os interesses gerais da sociedade na construção da estrada superam os interesses individuais dos integrantes do grupo, composto por algumas dezenas de indivíduos; **(ii)** a inexistência de proteção constitucional a grupos étnicos como o integrado pelos autores, que não são indígenas nem remanescentes de quilombo; **(iii)** o princípio da separação dos poderes, pois o Judiciário não poderia interferir na decisão discricionária do governo federal de construir a estrada no local; e **(iv)** o princípio da reserva do possível, tendo em vista os gastos que a medida reclamada pelos autores demandaria e a escassez dos recursos financeiros do Estado.

Como membro do Ministério Público Federal, ofereça parecer na questão, com destaque para os aspectos ressaltados nos itens i a iv. **(cada item valerá 10 pontos, e o parecer deverá ser elaborado em, no máximo, 65 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Elabore um texto jurídico fazendo associação dos seguintes termos: enunciado normativo/norma/mudança jurisprudencial/transição.

(máximo de 35 linhas. O que ultrapassar não será considerado)

GRUPO I

2. Explique em que consiste a dimensão objetiva dos direitos fundamentais.

(máximo de 35 linhas. O que ultrapassar não será considerado)

3. O regime geral de responsabilidade internacional do Estado tem plena aplicação à proteção internacional dos direitos humanos?

(máximo de 30 linhas. O que ultrapassar não será considerado)

4. A categoria de crimes contra a humanidade tem aplicabilidade no direito brasileiro? É juridicamente sustentável, neste, a imprescritibilidade desses crimes? O Estado brasileiro é obrigado a prossegui-los incondicionalmente? Considere, na resposta, a hipótese de crimes alcançados pela lei de anistia – Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979.

(máximo de 30 linhas. O que ultrapassar não será considerado)

5. A suspensão dos direitos políticos **(cada alínea valerá 2,5 pontos e deverá ser respondida em no máximo 06 linhas, não sendo considerado o que ultrapassar esse limite):**

GRUPO I

- a) constitui efeito automático da sentença condenatória transitada em julgado proferida em ação de improbidade administrativa?
- b) ocorre quando a condenação criminal transitada em julgado decorrer de crime culposo e a pena aplicada for exclusivamente a de multa?
- c) de deputado federal em face de condenação criminal transitada em julgado acarreta por si só a extinção do respectivo mandato legislativo?
- d) afeta juridicamente a filiação partidária preexistente?

6. Sobre ações/representações eleitorais (cada alínea valerá 2,5 pontos e deverá ser respondida em no máximo 06 linhas, não sendo considerado o que ultrapassar esse limite):

- a) qual o rito procedimental da ação de impugnação de mandato eletivo?
- b) qual o principal bem jurídico tutelado pela representação por captação ilícita de sufrágio?
- c) qual a ação (ou representação) eleitoral apropriada para a cassação do registro ou diploma de candidato que durante o período eleitoral tenha utilizado seu nome e imagem em publicidade de órgão público?
- d) cabe ação rescisória das decisões da justiça eleitoral?